



EMENTA DE CURSO

1. **Nome do curso:** Processo Interno de Avaliação de Desempenho
2. **Objetivo Geral:** Realizar de forma correta e precisa os procedimentos necessários ao cumprimento do processo de AD, garantindo o sucesso da avaliação e da progressão em carreira por desempenho.
3. **Carga Horária:** 12 horas/aula.
4. **Conteúdo Programático:**
 - I. Conceitos Fundamentais e Objetivos dos Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Governo
 - II. Modelo Institucional de Avaliação de Desempenho no Governo
 1. Categorias de Servidores Participantes e suas Legislações;
 2. Cronograma Geral de Avaliação de Desempenho – AD
 - 2.1 Cronogramas dos Órgãos Setoriais;
 3. Atribuições dos Envolvidos
 - 3.1 Secretaria de Administração;
 - 3.2 Dirigentes Máximos dos Órgãos;
 - 3.3 Planejamento dos Órgãos (Plano de Metas);
 - 3.4 Gestão de Pessoas dos Órgãos de Origem;
 - 3.5 Gestão de Pessoas dos Órgãos de Exercício;
 - 3.5.1 Atividades Preparatórias para Avaliação
 - 3.5.1.1 Atualizações Cadastrais dos Participantes no Sistema Oficial de Cadastro e Folha do Estado - SADRH;
 - 3.5.1.2 Criação de matrículas Extraquadro - EXQ;
 - 3.5.1.3 Informações Cadastrais de Origem;
 - 3.5.1.4 Informações da Chefia;
 - 3.5.1.5 Uso do Painel de Controle
 - 3.5.1.2 Criação de matrículas Extraquadro - EXQ;
 - 3.5.1.3 Informações Cadastrais de Origem;
 - 3.5.1.4 Informações da Chefia;
 - 3.5.1.5 Uso do Painel de Controle
 - 3.6 Comissão Administrativa Permanente;
 - 3.6.1 Julgamento e análise dos Recursos;
 - 3.6.2 Publicação de Termos Finais;
 - 3.6.3 Relatório Final de Análise de Recursos;
 4. Migração de Dados dos Servidores: do SADRH para o Sistema de Gestão do Desempenho - SGD
 5. Metodologia da Avaliação de Desempenho
 - 5.1 Conceito de Liderança;
 - 5.2 Competências e Indicadores Utilizados para Avaliação;
 - 5.3 Etapas da Avaliação;



- 5.3.1 Autoavaliação, Avaliação de Equipe e Plano de Metas;
- 5.4 Recurso;
 - 5.4.1 Fluxo do Recurso – do servidor à Comissão Administrativa Permanente
- 5.5 Relatórios no SGD: a gestão dos resultados da Avaliação de Desempenho;
- III. Efetuando a Progressão dos Servidores Aptos
 - 1. Conferência de resultados
 - 2. Confirmação das progressões
 - 2.1 Progressão Manual;
 - 2.2 Progressão Automática;
 - 3. Progressões pós-recurso

5. Metodologia:

Metodologia de Ensino: O curso será desenvolvido através de exposição dialogada, debates, exposição de vivências práticas e exercícios práticos por meio de estudo de caso.

Metodologia de Avaliação de Aprendizagem: Será realizada através da observação dos exercícios simulados e de perguntas diretas sobre o conteúdo abordado.

6 Bibliografia:

Legislação Estadual que determina a Avaliação de Desempenho
Leis Complementares que estabelecem o início da AD para cada categoria:

Nº 175/2011 (Médicos);

Nº 181/2011 (Grupo Ocupacional Gestão Pública e Grupo Ocupacional Gestão Autárquica e Fundacional);

Nº 187/2011 (Peritos Criminais e Médicos Legistas);

Nº 199/2011 (Grupo Ocupacional Gestão Metrológica);

Nº 190/2011 (Grupo Ocupacional Segurança Penitenciária);

Nº 195/2011 (Grupo Ocupacional Magistério Superior);

Nº 242/2013 (Grupo Ocupacional de Defesa e Fiscalização Agropecuária);

Nº 243/2013 (Grupo Ocupacional Fiscalização Sanitária e da Saúde);



Nº 245/2013 (Grupo Ocupacional de Recursos Hídricos e Climáticos);
Nº 246/2013 (Grupo Ocupacional Meio Ambiente e Sustentabilidade);
Nº 255/2013 (Grupo Ocupacional Gestão Técnico Administrativa);
Nº 220/2012 (Assessores Jurídicos);
Nº 215/2012 (Grupo Ocupacional de Trânsito);
Nº 324/2016 (Grupo Ocupacional Saúde Pública).

Decretos que regulamentam o processo de AD:

Nº 38.297/2012 (decreto geral);
Nº 39.777/2013 (Assessores Jurídicos);
Nº 40.168/2013 (Modelo Integrado de Gestão);
Nº 41.189/2014 (Grupo Ocupacional Registro e Comércio);
Nº 42.130/2015 (licenciados para Mandato Sindical);
Nº 44.043/2017 (ATI)
Nº 47.027/2019 (GOPC – Agentes e Correlatos)

Portarias que regulamentam o processo de AD:

SAD Nº 1.617/2013 (portaria geral);
SAD Nº 3.453/2015 (licenciados para Mandato Sindical);
SAD Nº 1.117/2016 (licenciados com ônus e cedidos para fora do Poder Executivo);
SAD/SEPLAG/SCGE Nº 147/2013;